

O ENSINO SUPERIOR DEFICIENTE E SEUS ALUNOS ESPECIAIS: UM PROJETO PILOTO PARA A FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E ARTES DA UNIVAP

Roberta Baldo¹; Vânia Braz de Oliveira²; Celeste Marinho Manzanete Ribeiro³; Celso Antonio Meneguetti⁴; Filipe Coutinho Soriano⁵; Veriano Takuji Miura⁶; Fernando José Garcia Moreira⁷; Vanessa C. Mangialardo⁸; Vera Maria Almeida Rodrigues da Costa⁹

^{1 2 3 4 5 6 7 8} UNIVAP, Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Av. Shishima Hifume, 2911 - Urbanova, roberta@univap.br, vaniajor@univap.br celestem@univap.br, menega@univap.br, filipe@univap.br, miura@univap.br, univaptv@univap.br, vanessa@univap.br

⁹orientadora - Univap/FCA, Av. Shishima Hifume, 2911 - Urbanova, vera@univap.br

Resumo- Este trabalho tem por objetivo apresentar algumas das iniciativas tomadas por um grupo de professores da Faculdade de Comunicação e Artes da UNIVAP que, ao reconhecer entre seus alunos um grupo de estudantes com necessidades especiais, decidiu colocar seus conhecimentos e práticas pedagógicas em um momento de reflexão e balanço. Trata-se do trabalho desenvolvido por um grupo de pesquisa, composto por profissionais da área de comunicação e educação, que vem buscando, ao longo do ano letivo de 2006, adaptar sua atuação em sala e nos corredores da faculdade, para melhor atender estes “alunos especiais.

Palavras-chave: ensino superior, aluno, deficiência, educação, acesso

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

“Segundo o Censo Escolar de 2005, existem 195.370 alunos com necessidades especiais matriculados em 30.765 escolas regulares da rede pública e particular - uma média de 6,35 alunos por escola. Apenas 36,5% dessas instituições (11.215 escolas) contam com apoio pedagógico especial. Podem haver, portanto, cerca de 124 mil alunos com necessidades especiais estudando em escolas sem atendimento especial. O déficit reforça a preocupação freqüente de professores que recebem ou estão para receber alunos com necessidades especiais: quais são e como utilizar os recursos pedagógicos? Como atender bem a esses alunos?”

(Revista Nova Escola – 9 de setembro de 2005)

Criada em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação garantiu, através de seu Capítulo V, a existência da Educação Especial.

“Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.”

(LDB, 1996, art. 58)

A partir de então, foi decretada por esta legislação a “Década da Educação”, que teve

início em dezembro de 1996 e deverá ser encerrada em dezembro de 2006. Durante este período, as escolas deveriam se adequar às novas exigências da Lei. Foram dados prazos específicos para alguns tópicos, porém ao final destes 10 anos, a nova Lei deveria ser cumprida na íntegra.

Estamos entrando no último ano da década da Educação. Passamos por diversos momentos, e já cumprimos algumas das principais exigências em âmbito universitário. A UNIVAP já realiza os exames especiais, para alunos que apresentam extraordinário aproveitamento nos estudos; informa aos alunos no início do período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares; oferece os mesmos padrões de qualidade para os cursos diurnos e noturnos; cumpre as exigências quanto à qualificação dos professores; e assim por diante.

Porém, visto que um dos pontos abordados pela LDB é a Educação Especial, é necessário que se faça um programa especializado para atender as seguintes exigências da Lei:

“Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.”

(LDB, 1996, art. 59)

A partir dos números apresentados pelo Censo Escolar: é possível fechar os olhos a esta realidade e deixar que um número tão significativo de crianças e adolescentes deixem de se desenvolver por incapacidade ou incompetência do sistema?

Ao realizarmos uma pesquisa exploratória, percebemos que a Faculdade de Comunicação e Artes da UNIVAP possui sete alunos que apresentam algum tipo de deficiência. Destes, já se percebe uma barreira por parte de três deles que não assumem estas características (uma com deficiência mental – que já está há cinco anos no curso de Jornalismo, um com síndrome de Down – que curso de Jornalismo e um com baixa acuidade visual e perda gradativa da visão – do curso de Publicidade e Propaganda).

Outros quatro alunos apresentam as seguintes deficiências:

- um cadeirante (deficiente físico) – está no terceiro ano de Jornalismo
- um cadeirante (com paralisia cerebral) – ingressante no curso de Publicidade
- um deficiente visual – ingressante no curso de Jornalismo
- uma deficiente auditiva – ingressante no curso de Moda

Isto nos fez perceber que a presença destes alunos nesta unidade não é tão recente assim, e que os professores que trabalham com eles não estão preparados para lidar com tal situação.

Por este motivo, escolhemos a FCA / UNIVAP como projeto piloto de implantação desta visão. Trata-se de uma instituição deficiente, pois

não está preparada para atender a um público que é especial, pois tem necessidades específicas.

Materiais e Métodos

A partir deste levantamento realizado, foi-se percebendo que cada aluno possuía uma necessidade específica, um material próprio ou uma instalação diferenciada, para atender às suas características.

Desta maneira, foram desenvolvidos os seguintes materiais:

1 – para os alunos cadeirantes:



Figura 1- computador instalado na sala de aula.

Percebeu-se a necessidade que os cadeirantes têm em um apoio de informática em sala de aula.

Desta maneira, já no início do ano, foi instalado um terminal de computador para cada aluno – deficiente físico ou visual – em sua própria sala. Isso facilitou o acompanhamento dos mesmos quanto ao registro dos conteúdos dados e ao preenchimento de exercícios para os professores.

Porém, uma das dificuldades encontradas, foi a ergonomia das mesas e a adaptação destes alunos aos terminais, já que o mobiliário disponível na FCA não era adequado aos alunos com deficiência.



Figura 2 – cadeirante próximo à mesa não adaptada.

Desta maneira, foi feito um estudo, em parceria com a equipe da Terapia Ocupacional, que auxiliou no desenvolvimento de uma prancha, capaz de ser acoplada às cadeiras de roda e melhorar a postura dos alunos durante as aulas.

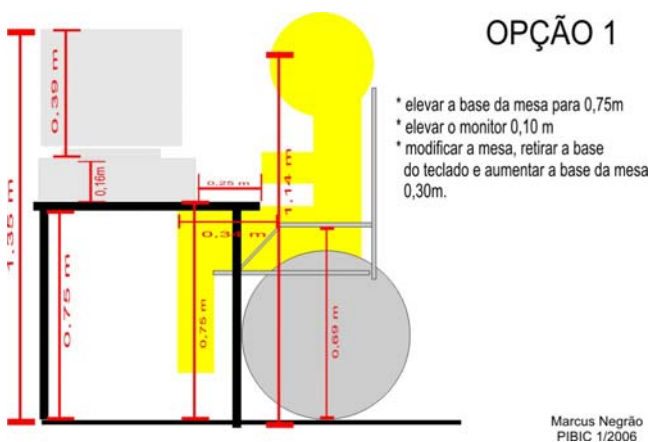


Figura 3 – primeiro estudo realizado

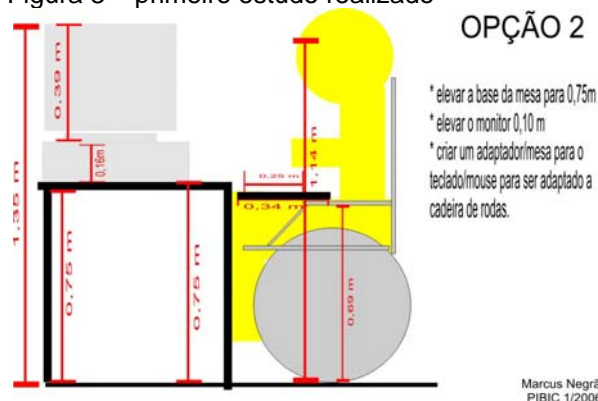


Figura 4 – segunda proposta feita, opção escolhida pela equipe e pelos alunos.

2 – para os alunos deficientes visuais:

Foram feitos levantamentos do que havia de disponível na área de informática (hardwares e softwares) adaptados às necessidades destes alunos. Optou-se pela instalação de um software em um computador do laboratório de informática e no computador que está disponível na sala para o aluno, que tem como função auxiliar na leitura das informações disponíveis na tela.

Também foi realizado um levantamento a respeito das possibilidades de adaptações de material em áudio e braille para este aluno e uma busca na legislação vigente, quanto às questões de direito autoral:

“Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais: I - a reprodução: d) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários.”

(Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998)

Resultados

Até o final do primeiro semestre letivo, conseguimos concluir:

- a idealização e confecção das mesas e pranchas para os deficientes físicos;
- a produção de materiais em braille para o deficiente visual
- a instalação do software de auxílio à leitura e navegação na internet para o deficiente visual
- a realização de treinamentos para os docentes
- a conscientização dos docentes e dos discentes da FCA quanto à esta realidade e às novas necessidades existentes.

Discussão

O primeiro semestre letivo de 2006 foi um período de busca, descobertas, tentativas, erros e acertos.

Agora, o momento será dedicado a investir em novos caminhos, buscar um aprimoramento deste atendimento e desenvolver uma metodologia de ensino para estes novos alunos.

Finalmente, será realizada uma avaliação – após cada bimestre letivo – com os atores envolvidos neste processo – entre eles os alunos, professores, direção e coordenação dos cursos -, para que sejam verificados os avanços alcançados e as dificuldades encontradas.

Conclusão

Não cabem ainda aqui, conclusões deste trabalho. Como considerações finais, gostaríamos de deixar a idéia de construção de uma nova metodologia de ensino e que o comportamento receptivo e o meio ambiente escolar sejam adaptados às necessidades destes alunos com deficiência.

Referências

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William; LOPES, Magda França. Inclusão: Um guia para educadores. Porto alegre: Artmed, 1999

GODOY, Herminia Prado. Inclusão de alunos portadores de deficiência no ensino regular paulista: internacionais e normas oficiais. São Paulo: Mackenzie, 2002

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? . São Paulo: Moderna, 2003

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 5.ed. Rio de Janeiro: Wva, 2003

WERTHEIN, Jorge et al. Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social. Brasília: UNESCO, 2003

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Ser ou estar, eis a questão: Explicando o deficit intelectual. 2. ed. Rio de Janeiro: Wva, 2000

TEIXEIRA, Alessandra F; GUERRA, Milene A.;Nogueira,Terezinha F.(orient.) Cidadão down portador de todos os direitos: O papel da escola na sociedade inclusiva. São José dos Campos: Univap, 1998

MERCADANTE, Aloizio. Direitos do cidadão especial: um guia para pessoas com deficiência. Brasília: Senado Federal, 2004

ESTADO e educacao: implicacoes do liberalismo sobre a constituicao da educacao especial e **inclusiva**.Educar. v. 0, n.19, p.217, 2002

CARAGUATATUBA (SP). Nossa caraguá: Projeto **educação inclusiva**. Caraguatatuba: Secretaria municipal de educacao, S.d.

O papel da psicopedagogia na educacao **inclusiva**-o profissional psicopedagogo e a inclusao escolar. PSICOPEDAGOGIA. v. 18, n.50, p.13, DEZEMBRO, 1999